

Uma dívida do início do século

27 MAR 1969

GAZETA MERCANTIL

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O Brasil paga até hoje compromissos externos assumidos no começo deste século que foram renegociados e consolidados 46 anos atrás, sob a orientação do então chanceler Osvaldo Euclides de Sousa Aranha.

Os compromissos foram contraídos sob a forma de bônus, emitidos antes do Estado Novo, quando os estados e os municípios tinham autonomia para buscar recursos externos sem precisar do aval da União e da autorização do Senado Federal. O País entrou em moratória e os bônus foram renegociados em 1943, envolvendo 119,6 milhões de libras esterlinas e US\$ 282,6 milhões. A União assumiu os compromissos dos estados e municípios.

Todo mês a Secretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Fazenda se encarrega de remeter para o Banco N. M. Rothschild & Sons, em Londres, uma média de 15 mil libras esterlinas, que ficam à disposição dos bancos portadores que ainda conservam esses antigos papéis.

"Temos de manter a tradição brasileira de honrar o pagamento dos bônus no exterior", disse a este jornal o secretário de Planejamento e Orçamento, Paulo

Cordeiro. Na última avaliação feita pela secretaria, alguns meses atrás, o Brasil tinha em conta no Banco Rothschild cerca de 600 mil libras, um saldo que está imobilizado à espera de que os portadores daqueles papéis se apresentem para resgate. O Tesouro Nacional chegou até a pensar na possibilidade de usar de outra forma os recursos ou trazê-los de volta para o País, mas não se chegou ainda a uma decisão sobre o que fazer com aquele crédito.

Vários agentes, na maioria bancos, encarregados da colocação original daqueles bônus junto a investidores ingleses fazem periodicamente a chamada, através de anúncios em jornais, para que os portadores resgatem os títulos.

(Continua na página 27)

Em uma rápida passagem por Londres, após estar na reunião do BID em Amsterdã, o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, entrevistou-se com o ministro das Finanças britânico, Nigel Lawson, e com o governador do Banco da Inglaterra, Robin Leigh-Pemberton, que se mostraram dispostos a melhorar a isenção fiscal aos bancos ingleses envolvidos com créditos ao Terceiro Mundo.

(Ver página 27)